

# Deusto Estudios Cooperativos

Revista del Instituto de Estudios Cooperativos  
de la Facultad de Derecho de la Universidad de Deusto

**N.º 22 (2023)**

doi: <https://doi.org/10.18543/dec222023>

---

## **Retrato estadístico e demográfico das cooperativas em Portugal**

Eduardo Pedroso

doi: <https://doi.org/10.18543/dec.2708>

Recibido: 5 de mayo de 2023 • Aceptado: 12 de junio de 2023 • Publicado en línea: septiembre de 2023

### **Derechos de autor (©)**

La revista *Deusto Estudios Cooperativos* es una revista de acceso abierto lo que significa que es de libre acceso en su integridad inmediatamente después de la publicación de cada número. Se permite su lectura, la búsqueda, descarga, distribución y reutilización legal en cualquier tipo de soporte sólo para fines no comerciales y según lo previsto por la ley; sin la previa autorización de la Editorial (Universidad de Deusto) o el autor, siempre que la obra original sea debidamente citada (número, año, páginas y DOI si procede) y cualquier cambio en el original esté claramente indicado.

### **Copyright (©)**

The *Deusto Journal of Cooperative Studies* is an Open Access journal which means that it is free for full and immediate access, reading, search, download, distribution, and lawful reuse in any medium only for non-commercial purposes, without prior permission from the Publisher or the author; provided the original work is properly cited and any changes to the original are clearly indicated.

# Retrato estatístico e demográfico das cooperativas em Portugal

Eduardo Pedroso

CASES-Cooperativa António Sérgio para Economia Social  
eduardopedroso@cases.pt

doi: <https://doi.org/10.18543/dec.2708>

Recibido: 5 de mayo de 2023  
Aceptado: 12 de junio de 2023  
Publicado en línea: septiembre de 2023

**Sumário:** 1. Introdução.—2. O sector cooperativo português em números. 2.1. Demografia. 2.2. Distribuição geográfica. 2.3. Contributo económico. 2.4. As principais atividades. 2.5. Emprego e recursos humanos. 2.6. Cooperadores e beneficiários. 2.7. Gestão e outras práticas organizacionais. 2.8. Contributos para os ODS.—3. Considerações finais. —Referências bibliográficas.

**Resumo:** As cooperativas, ao aliarem a atividade económica a princípios de solidariedade, equidade e democracia, desempenham um papel essencial na criação de riqueza e no reforço da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Este estudo, ao reunir as principais estatísticas sobre o sector cooperativo Português, procura apresentar um retrato tão completo quanto possível da atividade do sector em Portugal e do seu posicionamento na economia nacional, bem como caracterizar outros âmbitos da sua atividade. Estes dados permitem assim, entre outros aspetos, evidenciar um sector resiliente, com elevada participação da sociedade, que, apesar de algumas fragilidades em termos de gestão organizacional, demonstra um forte contributo económico em múltiplos sectores, gera emprego duradouro e inclusivo, e é um importante ator no desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** cooperativas, estatísticas, economia social, contas satélite, ODS, Portugal.

**Resumen:** Las cooperativas, al combinar la actividad económica con los principios de solidaridad, equidad y democracia, desempeñan un papel esencial en la creación de riqueza y el refuerzo de la cohesión social y el desarrollo sostenible. Este estudio, al reunir las principales estadísticas sobre el sector cooperativo portugués, pretende presentar una imagen lo más completa posible de la actividad del sector en Portugal y de su posición en la economía nacional, así como caracterizar otros ámbitos de su actividad. Estos datos permiten así, entre otros aspectos, mostrar un sector resiliente, con alta participación de la sociedad, que, a pesar de algunas debilidades en términos de gestión organizativa, demuestra una fuerte contribución económica en múlti-

ples sectores, genera empleo duradero e inclusivo, y es un actor importante en el desarrollo sostenible.

**Palabras clave:** cooperativas, estadísticas, economía social, cuentas satélite, ODS, Portugal.

**Abstract:** Cooperatives, by combining economic activity with principles of solidarity, equity and democracy, play an essential role in creating wealth and in strengthening social cohesion and sustainable development. This study by gathering the main statistics on the Portuguese cooperative sector, aims to present as complete a portrait as possible of the sector's activity in Portugal and its positioning in the national economy, as well as characterize other areas of its activity. This data thus allows, among other aspects, to highlight a resilient sector, with high participation of society, which, despite some weaknesses in terms of organizational management, demonstrates a strong economic contribution in multiple sectors, generates lasting and inclusive employment, and is an important actor in sustainable development.

**Keywords:** cooperatives, statistics, social economy, satellite accounts, ODS, Portugal.

---

## 1. Introdução

O modelo cooperativo, ao aliar a atividade económica a valores e princípios de solidariedade, equidade, democracia, livre adesão, tomada de decisão participativa e propriedade comum, desempenha um papel essencial na economia, criando riqueza e empregos de qualidade, mas também no reforço da cidadania, do empreendedorismo, da coesão social e de um tipo de economia que coloca as pessoas e a sustentabilidade em primeiro lugar.

Embora os valores e princípios cooperativos, bem como os impactos, económicos e sociais, do sector cooperativo sejam facilmente captados pela observação das atividades e resultados das entidades que o compõe, um entendimento verdadeiramente objetivo só é possível com recurso a dados estatísticos fiáveis e abrangentes que permitam explicar e demonstrar a importância deste sector.

Nesse sentido, pretende-se com este artigo examinar as principais estatísticas sobre o sector cooperativo português e, dessa forma, apresentar um retrato tão completo quanto possível sobre as suas principais características.

Para cumprir este objetivo, foram utilizados dados de duas importantes fontes de estatísticas oficiais, designadamente, a Conta Satélite da Economia Social (CSES), que embora seja um instrumento estatístico criado para a compreensão do sector da Economia Social fornece importantes dados económicos para todas as suas famílias, incluindo o sector cooperativo; e o Inquérito ao Sector da Economia Social 2018 (ISES), que fornece importantes dados relativos às práticas de gestão das cooperativas e sobre os seus recursos humanos - trabalhadores e dirigentes.

Este estudo faz também alusão a publicações da CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social realizadas com informação recolhida pelo Portal de Credenciação Cooperativa gerido por essa entidade. A CASES é em Portugal não só responsável pela criação e manutenção da CSES, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE), mas também responsável por fiscalizar, nos termos da lei, a utilização da forma cooperativa, com respeito pelos princípios cooperativos e normas relativos à constituição e funcionamento deste sector.

De notar que embora o Portal acima referido se destine apenas a cooperativas sediadas em Portugal Continental, não constituindo, consequentemente, uma representação exaustiva de todas as cooperativas existentes no país, permite observar com dados representativos vários

domínios deste sector, complementando, assim, largamente a informação extraída das fontes de estatística oficial.

Em suma, as fontes estatísticas abordadas permitem não só conhecer como a atividade das cooperativas se posiciona na economia portuguesa e os seus contributos nesta dimensão, mas também caracterizar âmbitos mais variados da atividade cooperativa em Portugal.

## 2. O sector cooperativo português em números

### 2.1. Demografia

As estatísticas mais recentes do universo do sector cooperativo português foram apuradas no âmbito da CSES<sup>1</sup>, um valioso instrumento de (re)conhecimento da dimensão económica e das características principais das várias famílias da Economia Social, incluindo o sector cooperativo.

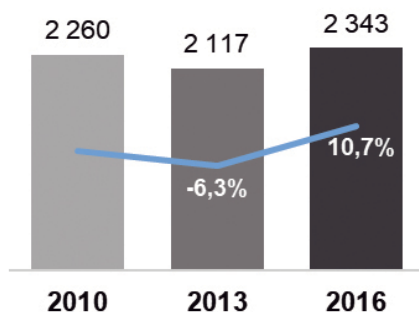
Até a data foram elaboradas três edições da CSES<sup>2</sup>, sendo possível identificar na mais recente que em Portugal existiam em 2016 mais de 71 mil entidades de Economia Social, das quais 3,3% correspondiam a cooperativas. Assim, com 2.343 entidades, o sector cooperativo surge como o segundo maior grupo no conjunto de famílias da Economia Social, antecedido apenas pela família das Associações com fins altruísticos que compõe mais de 90% do sector em Portugal (INE/CASES, 2019: 30).

Considerando os dados das diferentes edições da CSES, observa-se que, pese embora a redução no número de cooperativas entre 2010 e 2013, em 2016 registou-se uma taxa de crescimento superior ao decréscimo previamente sentido, estimando-se para esse ano um universo de cooperativas ativas em Portugal superior ao número registado em 2010-Figura 1.

---

<sup>1</sup> A CSES encontra-se inscrita desde 2013 na Lei de Bases da Economia Social, segundo a qual, deve «*ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional*» (número 2 do Artigo 6.º). Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030/2013%2C%20de+8+de+maio>

<sup>2</sup> Edição 2012 com dados de 2010, edição 2016 com dados de 2013 e a edição mais recente de 2019 com dados de 2016. Disponíveis em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>



Fonte: CSES 2019, elaborado pelo autor.

Figura 1

### Universo Cooperativo, 2010, 2013 e 2016

Mais recentemente o ISES<sup>3</sup> produziu igualmente um número total de cooperativas para o ano de 2018, designadamente de 2.012 entidades (INE/CASES, 2019: 24). Tal parece sinalizar que entre 2016 e 2018 voltou a registar-se um comportamento decrescente no universo cooperativo. Porém, importa notar que o ISES utilizou uma metodologia diferente da CSES no apuramento de universos pelo que não é possível assegurar esta conclusão.

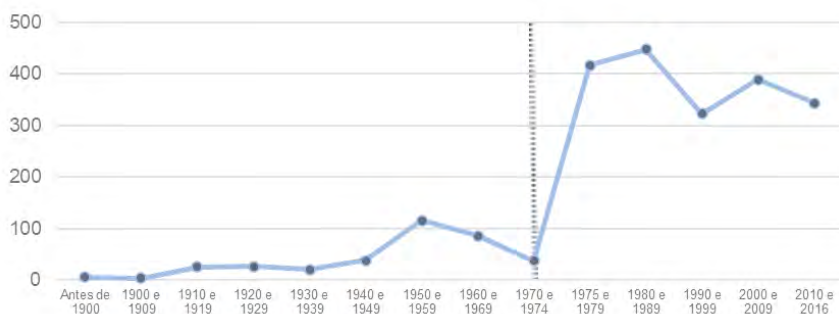
Importa notar ainda neste âmbito, e considerando o relatório anual mais recente publicado pela CASES no que respeita à demografia cooperativa, que entre 2016 e 2021 foram criadas em média cerca de 55 cooperativas por ano e extintas cerca de 62, o que aponta de novo para um saldo demográfico negativo no sector (CASES, 2022: 5). Contudo, como é referido no mesmo relatório, deduzindo o efeito de extinções por processo administrativo<sup>4</sup> «da evolução

<sup>3</sup> Partindo de uma iniciativa do INE que contou com a colaboração da CASES, este inquérito pioneiro dirigido aos membros da direção de topo das entidades de Economia Social tinha como principal objetivo obter informação sobre diferentes aspetos das práticas de gestão e da atividade das entidades deste sector em Portugal, o que incluiu alguns dados complementares de caracterização do sector da Economia Social em geral e das cooperativas em particular. Foram inquiridas todas as cooperativas com sinal evidente de atividade no ano 2018, obtendo-se uma taxa de resposta de 60,8% para este grupo.

<sup>4</sup> As extinções por processo administrativo, em particular as decorrentes do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, são aplicadas a cooperativas quando, por exemplo, as mesmas

*demográfica cooperativa em 2021, fazendo-a desse modo refletir a mortalidade "natural" do sector nesse ano, observar-se-ia um saldo demográfico positivo à semelhança do observado em 2020, correspondendo ao terceiro maior saldo demográfico dos últimos 11 anos» (CASES, 2022: 1). Tal abona a favor do crescimento do sector cooperativo em Portugal nos anos mais recentes e, possivelmente, poderá indicar uma inversão da tendência decrescente apontada pelos dados do ISES em 2018.*

Considerando a informação disponível na última edição da CSES a respeito da data de constituição das entidades que compõem o universo cooperativo, é notório o impacto da revolução de abril de 1974 no movimento cooperativo, observando-se que cerca de 20% das cooperativas contabilizadas na CSES para 2016 foram criadas entre 1980 e 1989 (Figura 2). Constata-se uma diminuição do número de cooperativas criadas a partir da década de 90, embora tenham sido constituídas, e sobrevivido até 2016, mais de 300 cooperativas em cada década posterior. Saliente-se também a grande maturidade destas entidades já que mais de metade foram criadas antes de 1990.



Fonte: CSES 2019, elaborado pelo autor.

Figura 2

### Evolução da data de constituição das Cooperativas, 2016

não atualizaram o seu capital social no prazo de 5 anos, representando, na prática e na maioria dos casos, a extinção de cooperativas sem atividade há longos anos, por vezes décadas.

A conclusão acima é reforçada considerando a informação do ISES que revelou que, em 2018, 62,5% das cooperativas tinham 20 ou mais anos de idade (INE/CASES, 2020: 79), atestando a grande longevidade do sector cooperativo em Portugal.

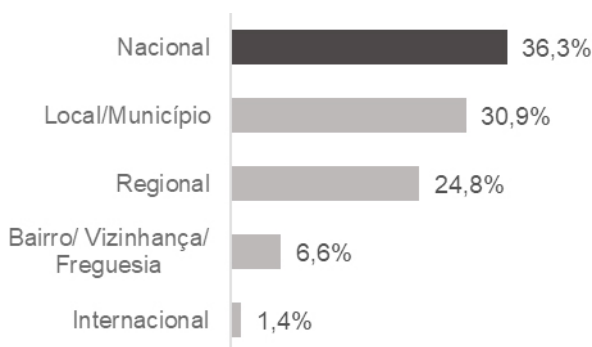
## 2.2. *Distribuição geográfica*

Embora as estatísticas oficiais, quer da mais recente CSES, quer do ISES, permitam concluir que existem entidades de Economia Social em todo o território nacional, esses estudos não apresentam informação particularizada por família da Economia Social, pelo que não é possível concluir sobre a distribuição geográfica do sector cooperativo. No entanto, utilizando como referência as publicações da CASES, em particular os relatórios anuais das 100 maiores cooperativas e um artigo sobre a presença de cooperativas em municípios do interior, fica evidente que o sector cooperativo está também presente em todas as regiões nacionais.

A informação disponível neste domínio evidencia uma maior concentração de cooperativas em regiões litorais, sobretudo nos distritos de Lisboa e Porto (Farelo e Pedroso, 2020: 27; Pedroso, 2021: 33). Porém, saliente-se que em 2017 mais de um terço das cooperativas registadas no Portal de Credenciação da CASES estavam sediadas num município do interior (Pedroso, 2020: 10) concentrando mais de 20% do total de emprego do sector cooperativo naquele ano e cerca de 15% do total de volume de negócios (excluindo o Ramo do Crédito). Estes valores eram proporcionalmente maiores que os observados para a Economia Nacional, ou seja, no mesmo ano o sector cooperativo concentrava uma fatia relativamente superior da sua atividade em municípios do interior que o resto da economia (Pedroso, 2020: 12).

Acresce que, segundo dados do ISES, embora cerca de 36% das cooperativas revele que o nível Nacional é a sua principal área de atuação geográfica, o nível Local/Municipal surge em segundo lugar em termos de importância, o que se revela como mais um indicador da elevada proximidade do sector cooperativo às comunidades onde se inserem e do seu importante papel enquanto motor do desenvolvimento local, particularmente, e, como atestado no parágrafo anterior, em regiões onde os desafios económicos e sociais são maiores (Figura 3).





Fonte: ISES 2018, elaborado pelo autor.

Figura 3

### Principal área geográfica em que as Cooperativas desenvolveram a sua atividade, 2018

#### 2.3. Contributo económico

O contributo económico do sector cooperativo português surge integrado nos resultados apurados pelas diferentes edições da CSES. Considerando alguns dos mais importantes indicadores macroeconómicos, este exercício apurou que em 2016 o sector da Economia Social foi responsável por 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 5,3% das remunerações da Economia Nacional (INE/CASES, 2019: 28). Adicionalmente, e face aos exercícios anteriores de 2010 e 2013, estes dois indicadores aumentaram na Economia Social bem como a sua importância relativa no total da economia portuguesa, evidenciando não só maior dinamismo que o resto da economia, como também a resiliência do sector da Economia Social em contexto de crise económica e financeira (INE/CASES, 2019: 48).

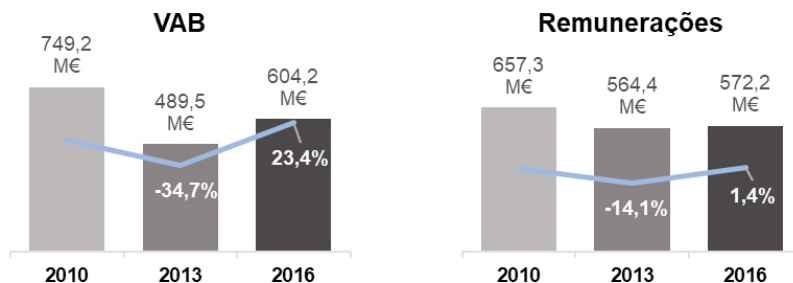
Considerando apenas o sector cooperativo, destaca-se que em 2016 este grupo de pouco mais de 2.300 entidades foi responsável por cerca de 13% do VAB e das remunerações da Economia Social (INE/CASES, 2019: 52), tendo contribuído para 0,4% do VAB nacional (o que, por exemplo, representa um contributo superior ao do sector das Indústrias extrativas naquele ano<sup>5</sup>) e 0,7% das remunerações nacionais

<sup>5</sup> Vide dados INE relativos ao Valor acrescentado bruto por ramo de atividade, A82 (preços correntes; anual) disponível em (acedido em 11/08/2022): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais2010b2016&menuBOUI=13707095&contexto=ra&selTab=tab2&perfil=392023352&INST=391953911](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2016&menuBOUI=13707095&contexto=ra&selTab=tab2&perfil=392023352&INST=391953911)

(o que representa um contributo superior ao contributo individual de 47 dos 82 ramos de atividade da economia nacional<sup>6</sup>).

Quer o VAB, quer as remunerações no sector cooperativo conheceram no período em análise um crescimento semelhante, nomeadamente, diminuição entre 2010 e 2013 e aumento entre 2013 e 2016-Figura 4. Este comportamento está em linha com o observado para o conjunto de entidades do sector da Economia Social, revelando não só os impactos negativos sobre o sector resultante do período de crise económica que Portugal atravessava entre 2010 e 2013, mas também a recuperação do sector no período seguinte.

No entanto, ao contrário do observado para o conjunto da Economia Social, no sector cooperativo as variáveis económicas em análise decresceram no período entre 2010 e 2016. Tal poderá ser explicado pelo maior impacto que a recessão económica do período entre 2010 e 2013 teve no sector cooperativo já que, sendo uma parte significativa do sector mercantil da Economia Social cujas atividades estão presentes e concorrem mais diretamente com diversos sectores de atividade da Economia Nacional, o sector cooperativo é mais afetado pelo contexto macroeconómico, tendo sentido naquele período um decréscimo nas duas variáveis em análise maior que o observado no resto da economia (INE INE/CASES, 2019: 48).



Fonte: CSES 2019, elaborado pelo autor.

Figura 4

### VAB e Remunerações das Cooperativas 2010, 2013 e 2016

Ainda assim, importa salientar, particularmente no que respeita à evolução do VAB, que a recuperação do sector cooperativo que se ob-

<sup>6</sup> Vide dados INE relativos Remunerações dos empregados (D.1) por ramo de atividade, A82 (preços correntes; anual) disponível em (acedido em 11/08/2022): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais2010b2016&contexto=am&selTab=tab0&perfil=392022253&INST=391941652](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2016&contexto=am&selTab=tab0&perfil=392022253&INST=391941652)

serva no ano de 2016, superior a 20%, manifesta-se mais elevada que o crescimento observado na Economia Social (+14,6%) e quase três vezes superior ao crescimento da Economia Nacional (+8,3%) naquela variável (INE/CASES, 2019: 48), apontando também para o carácter resiliente do sector cooperativo.

Outra característica muito relacionada com o sector da Economia Social em geral e o sector cooperativo em particular é o peso das remunerações sobre o VAB. Em 2016 este rácio era para a Economia Social de 89,7%, percentagem bastante elevada quando confrontada com a observada para o conjunto da economia —50,5% (INE/CASES, 2019: 45). No sector cooperativo, e tendo por base os dados apresentados na Figura 4, este rácio surge ainda maior sendo de 94,7%, o que revela que a quase totalidade do VAB gerado por estas entidades é redistribuído pelo fator trabalho.

Dados mais recentes de 2019 apontam para um contributo económico também expressivo por parte das maiores cooperativas nacionais, na ordem dos 2,66 mil milhões de euros em volume de negócios e 36,06 milhões de euros em resultados líquidos (Pedroso, 2021: 36 e 40, respetivamente).

De notar que os dados económicos anteriormente apresentados excluem o contributo de sociedades comerciais que são detidas a 100% por capitais cooperativos. Todavia, a CSES apresenta apuramentos isolados para esta dimensão, concluindo-se que as mesmas terão gerado mais de 106 milhões de euros de VAB e pagaram remunerações de mais de 50 milhões de euros em 2016 (INE/CASES, 2019: 55-56). A adição destes resultados reforça a posição do sector cooperativo no conjunto de entidades de Economia Social e é bastante significativa para a melhor compreensão do contributo económico do sector cooperativo na Economia Nacional, sobretudo considerando que 11,3% das cooperativas detinham em 2018 participações noutras entidades nacionais (INE/CASES, 2020: 77).

#### 2.4. *As principais atividades*

As cooperativas podem desenvolver qualquer tipo de serviço, operação ou atividade, estando em Portugal legalmente enquadradas em 12 ramos cooperativos (Agricultura, Artesanato, Comercialização, Consumo, Crédito, Cultura, Ensino, Habitação e Construção, Pescas, Produção Operária, Serviços e Solidariedade Social), sendo admitida a constituição de cooperativas multisectoriais, ou seja, que desenvolvem atividades de diversos ramos.

Embora o ramo cooperativo seja um indicador por excelência quanto à atividade principal das cooperativas, as fontes de estatísticas oficiais, designadamente a CSES, não fornece informação desagregada para este domínio. Em seu lugar, a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS), utilizada no âmbito da mais recente CSES, categoriza as atividades tipicamente associadas às entidades no perímetro da Economia Social, permitindo caracterizá-las com maior rigor e, simultaneamente, estabelecendo uma relação com outras classificações de atividade económica existentes e comumente utilizadas como a Classificação de Atividades Económicas (CAE).

Assim, é possível considerar a CIOSFL/TS para compreender as principais atividades do sector cooperativo, concluindo-se que, em 2016, o número mais expressivo de cooperativas era observado em atividades de comércio (17,3%), desenvolvimento comunitário e económico e habitação (14,3%) e indústria (13,9%)<sup>7</sup>. Já no que toca ao VAB e às remunerações destacaram-se as atividades financeiras e de seguros que, representando apenas 3,9% do total de cooperativas, contribuíram com mais de 40% do VAB e quase um terço das remunerações deste grupo da Economia Social (Pedroso, 2021:145).

A classificação acima não é, nem pretende ser, totalmente comparável com os ramos cooperativos, mas apresenta várias proximidades. As mesmas ficam evidentes se considerados os dados publicados pela CASES que indicam que, em 2019, um terço das cooperativas registadas no Portal de Credenciação da CASES tinham como ramo principal o Agrícola (onde certamente encontraremos muitas atividades de comércio e indústria) —Figura 5. Segundo os mesmos dados, deve ser dado relevo também às cooperativas do ramo dos Serviços, que incluem uma diversidade de atividades como transporte, radiodifusão e consultoria, e às cooperativas de Solidariedade Social onde se inserem as CERCI (Cooperativas de Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado).

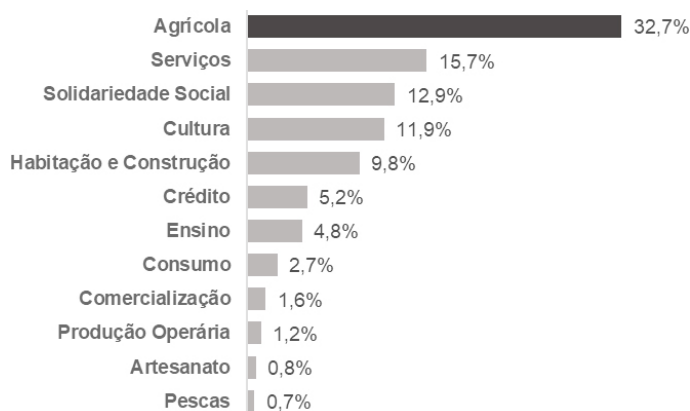
De notar que, tendencialmente, as maiores cooperativas nacionais têm como ramo principal o Agrícola, Ensino, Comercialização e Serviços (*vide* Farello e Pedroso, 2020; e Pedroso, 2021).

Ainda a respeito das atividades do setor cooperativo, é igualmente interessante considerar alguns estatutos atribuídos a estas organizações que refletem, para além do foco das atividades por elas desenvolvidas, também a sua missão e objeto. Neste domínio observa-se que em 2016 foram identificadas pela CSES<sup>5</sup> 156 Cooperativas equiparadas

---

<sup>7</sup> Dados da CSES 2016 calculados através dos quadros disponibilizados no website do INE, acessado em 11/08/2022 em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn\\_quadros&boui=279885308](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=279885308)

a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)<sup>8</sup>, a maioria desenvolvendo atividades de Serviços Sociais, Educação e a Saúde, mas também 40 cooperativas com estatuto de Organização não governamental das pessoas com deficiência (ONGPD) e seis com o estatuto de Organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD).



Fonte: Pedroso, 2021: 146.

Figura 5

### Distribuição de Cooperativas pelos Ramos Cooperativos principais, 2019

## 2.5. *Emprego e recursos humanos*

Similarmente ao observado para os indicadores económicos referidos anteriormente, também é nos resultados da CSES que se reúnem as principais estatísticas sobre emprego do sector cooperativo.

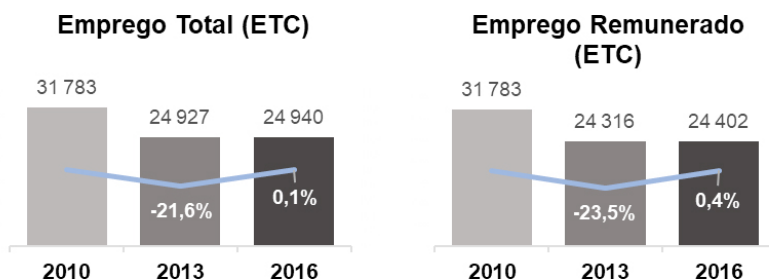
O sector da Economia Social tem um papel muito relevante na criação de emprego tendo sido responsável em 2016 por 5,3% do emprego total e 6,1% do emprego remunerado (ambos em unidades de trabalho equi-

<sup>8</sup> De acordo com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com a mais recente alteração no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, são IPSS as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público (número 1 do Artigo 1.º). Versão consolidada disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2014-69878914>

valente a tempo completo-ETC) da Economia Nacional (INE/CASES, 2019: 28). O sector cooperativo revelou-se como o terceiro maior empregador no conjunto das famílias de Economia Social, tendo contribuído com cerca 10,5% do emprego, total e remunerado (ETC)<sup>9</sup>, e apresentando também um contributo muito relevante para o emprego nacional, designadamente, 0,6% quer do emprego total, quer do emprego remunerado (neste último caso tendo um contributo superior ao contributo individual de 42 dos 82 ramos de atividade da economia nacional)<sup>10</sup>.

Destacam-se neste âmbito as cooperativas que atuavam em domínios de educação que concentravam mais de um quinto do total de emprego remunerado deste grupo (INE/CASES, 2019: 54).

Os dois indicadores de emprego em análise exibiram no sector cooperativo uma evolução semelhante à observada nas variáveis económicas anteriormente examinadas, ou seja, um decréscimo entre 2010 e 2013 e um aumento no período seguinte (2013-2016) —Figura 6.



Fonte: CSES 2019, elaborado pelo autor.

Figura 6

### Emprego Total e Emprego Remunerado (ETC) das Cooperativas, 2010, 2013 e 2016

Esta evolução do emprego total e remunerado foi também identificada para a Economia Social como um todo, no entanto, enquanto as

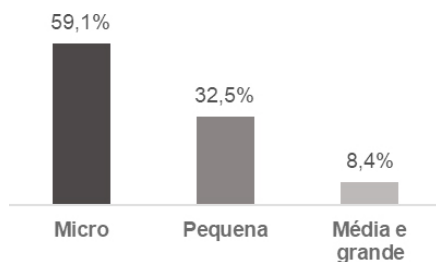
<sup>9</sup> Dados da CSES 2016 calculados através dos quadros disponibilizados no website do INE, acessado em 11/08/2022 em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn\\_quadros&boui=279885308](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=279885308)

<sup>10</sup> Vide dados INE relativos a Equivalente a tempo completo remunerado por ramo de atividade, A82 (N.º; anual) disponível em (acedido em 11/08/2022): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais2010b2016&menuBOUI=13707095&contexto=ra&selTab=tab2&perfil=392023352&INST=391953911](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2016&menuBOUI=13707095&contexto=ra&selTab=tab2&perfil=392023352&INST=391953911)

taxas de variação na Economia Social quando comparadas com as da economia portuguesa registavam uma diminuição menos acentuada entre 2010 e 2013 (respetivamente, 4,6% vs 12,8% e 4,8% vs 13,4%) e um aumento mais acentuado entre 2013 e 2016 (respetivamente, 8,5% vs 5,8% e 8,8% vs 7,2%) (INE/CASES, 2019: 47 e 49), o contrário observou-se no sector cooperativo.

Nesse sentido, é possível concluir que a crise económica vivida até 2013 teve um impacto profundo no emprego no sector cooperativo cujo decréscimo não foi possível restabelecer nos três anos seguintes.

Os dados do ISES revelaram também, e pela primeira vez, informação adicional sobre diversas características da dimensão trabalho no sector cooperativo. Desde logo, passou a ser possível verificar que a maioria do sector é composto por entidades que empregam menos de dez trabalhadores —de micro dimensão<sup>11</sup>— Figura 7. Acresce que, mais de 60% das cooperativas tinham apenas um ou dois níveis hierárquicos na sua estrutura organizacional (INE/CASES, 2020: 76).



Fonte: Pedroso, 2021: 147.

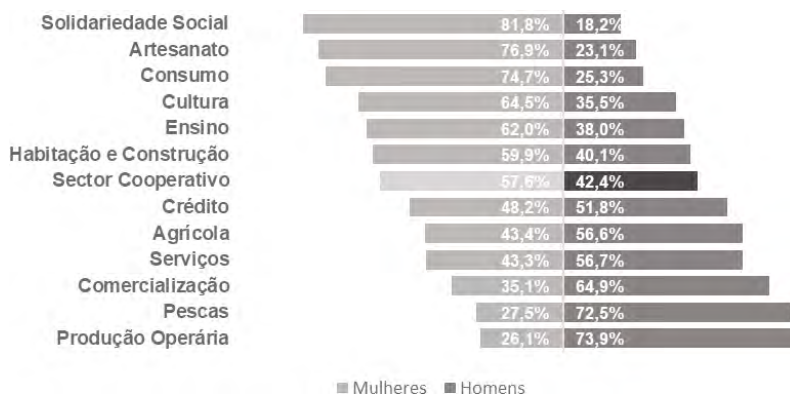
Figura 7

### Distribuição das Cooperativas de acordo com a sua dimensão, 2018

No sector cooperativo, mais de metade dos trabalhadores são mulheres (55,4%), característica comum em todas as famílias do sector da Economia Social (INE/CASES, 2020: 27). Este dado é reforçado pela informação extraída do Portal de Credenciação da CASES que conclui para 2019 não só uma maioria feminina no total de trabalhadores (numa proporção inclusivamente superior à identificada pelo ISES de

<sup>11</sup> O ISES considerou 3 grupos de dimensão: Micro entidade (número de pessoas ao serviço inferior a 10); Pequena entidade (número de pessoas ao serviço igual ou superior a 10 e inferior a 50); e Média e grande entidade (número de pessoas ao serviço igual ou superior a 50).

57,6%) como também uma segregação de género bastante evidente por ramos cooperativos-Figura 8.



Fonte: Pedroso, 2021: 154.

Figura 8

### Distribuição de Género dos trabalhadores das Cooperativas por ramo cooperativo, 2019

Por seu turno, dos 8,7% trabalhadores com cargos de direcção intermédia estimados pelo ISES, a maioria era do sexo masculino (50,4%) o que tende a ser uma característica do sector mercantil da economia social (Cooperativas e Associações Mutualistas) dado que para o resto do sector, nesta dimensão, prevalece a maioria feminina (INE/CASES, 2020: 27).

No que toca às características dos restantes dirigentes (de topo), é possível relevar os seguintes dados (*vide* INE/CASES, 2020):

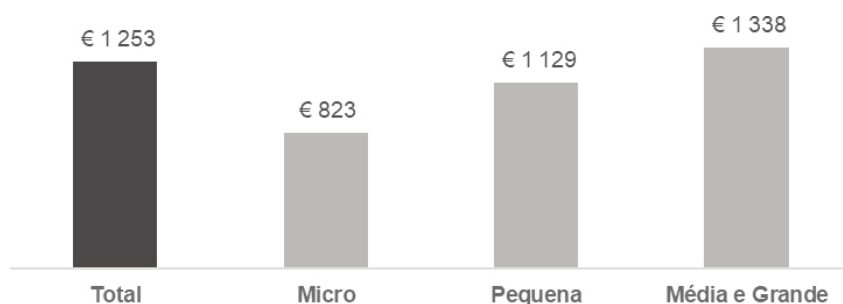
- Apenas 23,4% da direcção de topo (órgão executivo) e 19,1% dos dirigentes de topo das cooperativas eram mulheres;
- Um pouco mais de um terço da direcção de topo tinha entre 55 a 64 anos, por seu lado, quase 60% dos dirigentes de topo tinham mais de 55 anos, sendo, portanto, mais velhos;
- A maioria dos membros da direcção de topo não tinha licenciatura ou grau académico superior (59,5%) constatando-se o mesmo para os dirigentes de topo (50,8%). Saliente-se que no conjunto das entidades de Economia Social as cooperativas são o único grupo onde a maioria dos dirigentes de topo tem um grau académico inferior à licenciatura;
- A direcção e os dirigentes de topo concentravam-se numa anti-idade de 1 a 4 anos (cerca de 28% em ambos os casos);



- 88,4% dos membros da direção de topo exerciam funções executivas;
- A maioria dos dirigentes de topo trabalhava em regime de voluntariado (63,5%) e de não exclusividade (74,2%), observando-se que muitos destes dirigentes acumulavam funções fora da Economia Social (77,4%);
- De notar ainda que em 58,1% das cooperativas existiam limites temporais ou de número de mandatos aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo e que 90,7% dos dirigentes de topo foram eleitos pelos órgãos sociais.

Embora seja uma dimensão predominantemente económica, um aspeto muito relevante neste âmbito diz respeito às remunerações médias dos trabalhadores. Considerando os dados da CSES apresentados acima, é possível calcular que a remuneração média anual (remunerações/emprego remunerado) no sector cooperativo era, em 2016, de cerca de 23,4 mil euros, valor que aumentou 13,4% entre 2010 e 2016.

Considerando dados mais recentes do ISES, estima-se que em 2018, em média, o trabalhador de uma cooperativa auferia por mês €1.253, constatando-se que, e como seria expectável, quanto maior a dimensão da cooperativa mais elevadas eram as remunerações médias —Figura 9. De notar que as cooperativas apresentavam a segunda maior remuneração mensal bruta do conjunto de famílias da Economia Social (*vide* dados por diferentes famílias em INE/CASES, 2020). Não obstante, 29,2% dos trabalhadores recebiam o salário mínimo em 2018, o que está acima da percentagem nacional no mesmo ano - 22,1% (GEP, 2019: 31).



Fonte: Pedroso, 2021: 154.

Figura 9

**Remuneração mensal bruta por pessoa ao serviço com vínculo laboral, por dimensão e total, nas cooperativas, 2018**

O emprego no sector cooperativo tende a ser mais estável e duradouro visto que 80,3% das pessoas ao serviço do sector tinham contratos sem termo (INE/CASES, 2020: 85), o que representa um nível ligeiramente superior ao valor nacional para os trabalhadores por conta de outrem em 2018 (78,0%)<sup>12</sup>. De notar também que perto de 85% das pessoas ao serviço trabalhavam em regime de horário fixo (INE/CASES, 2020: 85).

O sector cooperativo gera também trabalho inclusivo, em particular de pessoas com nacionalidade estrangeira já que esta característica estava em 2018 associada a 4,7% das pessoas ao serviço do sector (INE/CASES, 2020: 87), o que compara favoravelmente com a percentagem de população empregada estrangeira em Portugal no mesmo ano (2,6%)<sup>13</sup>.

Esta característica de inclusão fica igualmente patente em dados da CSES que revelaram que cerca de 3% do total de pessoas ao serviço nas cooperativas tinham perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (INE/CASES, 2019: 43).

Ainda no tópico de recursos humanos, uma dimensão relevante que deve ser considerada diz respeito ao voluntariado. O trabalho voluntário é um recurso fundamental para as organizações de Economia Social, as quais terão em 2018 acolhido cerca de 516 mil indivíduos o que representa mais de 90% do trabalho voluntário formal e mais de 70% do total de voluntários em Portugal (INE/CASES, 2019: 145). Embora o Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV) não indique a participação de voluntários no sector cooperativo, com recurso a dados do ISES é conhecido que essas ações de voluntariado existem no sector e que os três principais domínios são o desenvolvimento da vida associativa e da economia social (19,9%), cultura e defesa do património (16,5%) e ação social (14,3%) (INE/CASES, 2020: 89).

Esta fonte de informação também revelou que 66,7% dos voluntários nas cooperativas não estavam abrangidos por um seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil apesar de ser legalmente exigido nos termos definidos na Lei de Bases do Voluntariado (INE/CASES, 2020: 90).

Por fim, o Portal de Credenciação da CASES permitiu constatar que, e em linha com a conclusão retirada pelo ITV para o país e aquilo

---

<sup>12</sup> Vide dados INE relativos à População empregada por conta de outrem (Série 2021-N.º) por Local de residência (NUTS-2013), Sexo e Contrato de trabalho; Anual, disponível em (acedido em 11/08/2022): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0011252&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011252&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)

<sup>13</sup> Vide dados Eurostat relativos à População empregada estrangeira (15 ou mais anos), cedida pelos Institutos Nacionais de Estatística, disponível em (acedido em 18/08/2022): [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSA\\_EGAN\\_\\_custom\\_3219137/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSA_EGAN__custom_3219137/default/table?lang=en)

que se deduz para a Economia Social como um todo, existe um maior número de mulheres a prestar voluntariado em cooperativas do que homens – 59% vs 41% (Pedroso, 2021: 155).

## 2.6. *Cooperadores e beneficiários*

A estatística mais recente sobre o total de cooperadores em Portugal foi calculada no âmbito do ISES, tendo sido estimado um total de cerca de 828 mil inscritos (INE/CASES, 2020: 75). Considerando existirem em Portugal, no mesmo ano, aproximadamente 10,3 milhões de habitantes<sup>14</sup>, o número de cooperadores em 2018 revela que 8 em cada 100 portugueses era membro de uma cooperativa.

Conclui-se assim a existência de uma participação bastante elevada da sociedade portuguesa no movimento cooperativo, à qual poderá ser ainda somada a participação de mais de 100 mil organizações (pessoas coletivas ou equiparadas) também elas membros coletivos de pelo menos uma cooperativa (INE/CASES, 2020: 75).

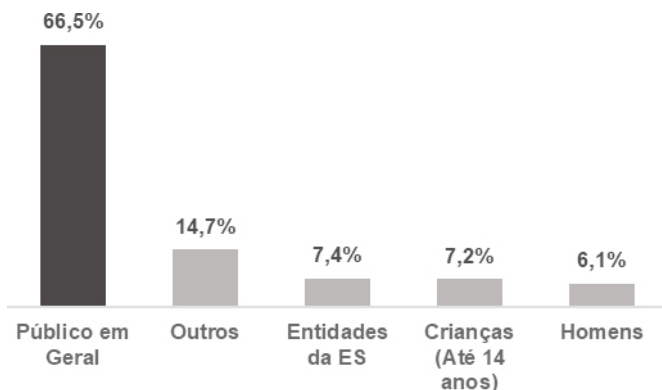
Embora o ISES não indique o género dos cooperadores, segundo dados do Portal de Credenciação Cooperativa da CASES, cerca de 60% são homens registando-se entre 2017 e 2019 uma tendência crescente na representação das mulheres (Pedroso, 2021: 150).

Quanto ao objeto da atividade cooperativa, verifica-se que mais de 66% das entidades do sector consideram que os seus principais utilizadores, beneficiários ou clientes são o «Público em geral» —Figura 10. Esta é uma realidade para a maioria das famílias da Economia Social (INE/CASES, 2020: 74), todavia, onde o sector cooperativo parece diferir é na importância dada ao grupo «Outros», podendo ser explicado pela existência de grupos não particularizados pelo inquérito<sup>15</sup> que são relevantes enquanto destino final das atividades das cooperativas (empiricamente, poder-se-á referir, por exemplo, agricultores e empresas).

---

<sup>14</sup> Vide dados INE relativos à População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual, disponível em (acedido em 11/08/2022): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008273&xtlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&xtlang=pt)

<sup>15</sup> O ISES inclui nesta questão as seguintes hipóteses de escolha: Público em Geral; Mulheres; Homens; População idosa (com 65 ou mais anos); Crianças (até aos 14 anos); Jovens (entre os 14 e os 24 anos); Pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental; Minorias étnicas, Pessoas com necessidades financeiras (incluindo pessoas em situação de pobreza, sem abrigo e em risco de exclusão social); Refugiados/Pessoas que solicitaram a concessão de asilo; Pessoas em situação de dependência; Fiéis/Crentes; Comunidade LGBTI; Vítimas de crime e respetivas famílias; Entidades de Economia Social, Animais; e Outros.



Fonte: ISES 2018, elaborado pelo autor.

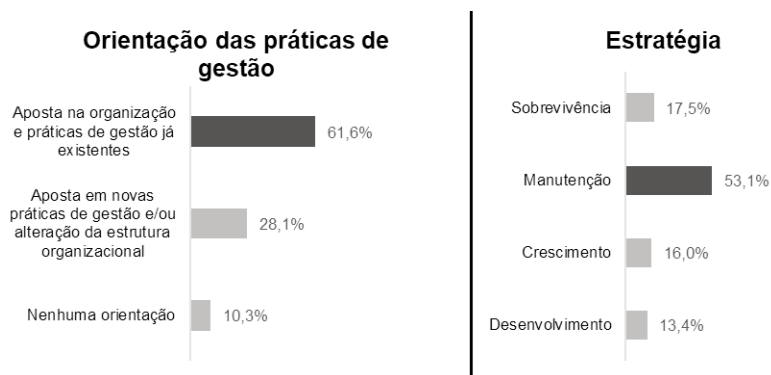
Figura 10

### Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Cooperativas, 2018

Face às restantes famílias da Economia Social, outro grupo ao qual as cooperativas dão um destaque especial é ao de «Entidades de Economia Social», o que por seu turno pode ser explicado pela importância dada às relações com outras organizações de Economia Social. De facto, mais de metade do sector cooperativo trabalha em rede, tendo como principal parceiro outras famílias da Economia Social (sobretudo Associações), seguindo-se outras cooperativas e só depois o sector Empresarial e o Estado (INE/CASES, 2020: 78).

#### 2.7. Gestão e outras práticas organizacionais

A melhor fonte de informação relativa às práticas de gestão do sector cooperativo é de momento o ISES 2018, cuja realização tinha como um dos seus objetivos principais captar precisamente essa dimensão. Este inquérito revelou assim que o sector cooperativo tende a ser conservador nas suas práticas de gestão e orientação estratégica, já que mais de metade das cooperativas apostou na organização e práticas de gestão já existentes e aplica uma estratégia de manutenção (estabilidade e sustentabilidade) da sua atividade —Figura 11. Esta conclusão mantém-se verdadeira independentemente da dimensão da cooperativa-micro, pequena, média e grande (INE/CASES, 2020: 31).



Fonte: ISES 2018, elaborado pelo autor.

Figura 11

### Orientação no que respeita à organização e práticas de gestão e estratégia das Cooperativas, 2018

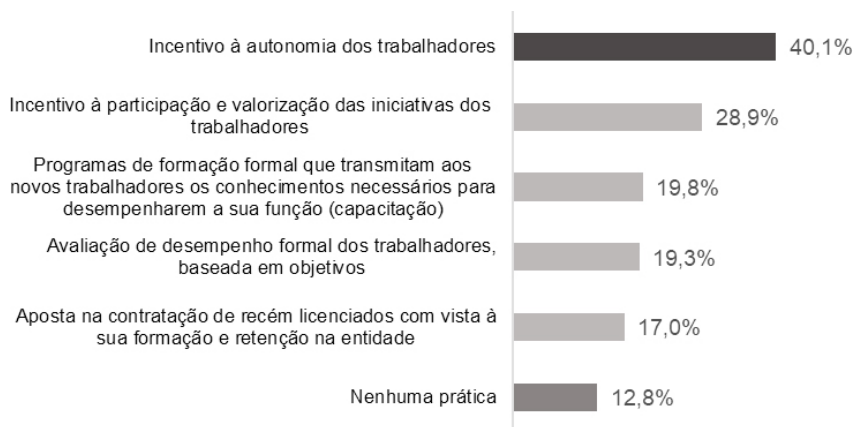
Quando comparando com as restantes famílias da Economia Social, o sector cooperativo apresenta o segundo maior número de entidades sem nenhuma estratégia, para o qual muito contribuíram as cooperativas de micro dimensão (14,3% das cooperativas desta dimensão não têm nenhuma orientação). Estrategicamente, as cooperativas são também a família da Economia Social com a maior percentagem de entidades centradas na sua Sobrevivência (redução de custos, desinvestimento), sendo que aqui são também as cooperativas de micro dimensão que mais contribuem para este resultado – 22,6% das cooperativas desta dimensão tem como estratégia a sua sobrevivência (*vide* dados por diferentes famílias em INE/CASES, 2020).

Ainda em termos gerais, observa-se que as cooperativas são também a família da Economia Social que em termos relativos apresenta o maior número de entidades sem objetivos estabelecidos para o principal bem e/ou serviço no quadro da sua intervenção social (15,2%), embora entidades sem objetivos varie entre 19,7% nas cooperativas de micro dimensão e 3,3% nas de média e grande dimensão (INE/CASES, 2020: 28).

O ISES também permite conhecer características particulares de diversos domínios das práticas de gestão, sendo apresentados de seguida alguns deles.

No âmbito da gestão de recursos humanos, a prática privilegiada pelas cooperativas é o incentivo à autonomia dos trabalhadores e à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores —Figura 12.

Contudo, perto de 13% das cooperativas não aplica nenhuma prática de recursos humanos, o que constitui a maior percentagem em todas as famílias da Economia Social (*vide* dados por diferentes famílias em INE/CASES, 2020).



Fonte: ISES 2018: 30.

Figura 12  
As 5 principais práticas de recursos humanos, 2018

Ainda neste domínio é possível salientar que a maioria das cooperativas não promoveu as pessoas ao serviço com vínculo laboral, quer tivessem ou não funções de dirigente (INE/CASES, 2020: 29). De notar, porém, que a proporção de pessoas ao serviço sem função de dirigente promovidas foi superior à das pessoas com essa função, característica comum à maior parte das famílias da Economia Social.

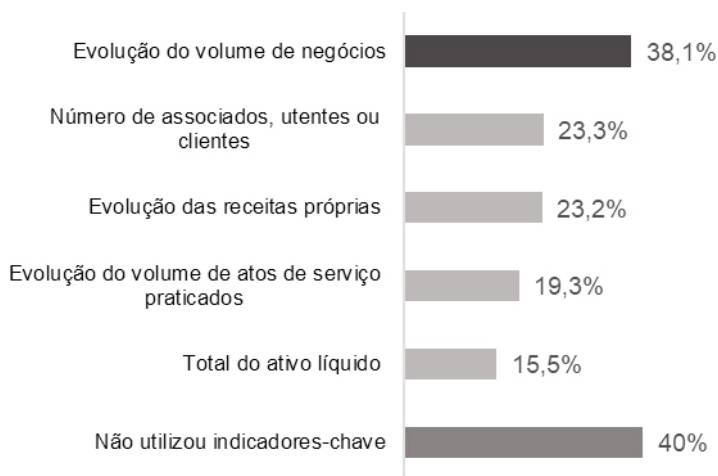
Ademais, cerca de 23% das cooperativas atribuíram em 2018 prémios de desempenho às pessoas ao serviço com vínculo laboral, os quais foram atribuídos sobretudo devido ao desempenho individual do trabalhador quer no caso das pessoas ao serviço sem funções de dirigente (63,2%), quer nas que possuem essas funções (49,7%) (INE/CASES, 2020: 29). O sector cooperativo foi a família da Economia Social com a maior percentagem neste domínio (*vide* dados por diferentes famílias em INE/CASES, 2020).

Observa-se também que aproximadamente 57% das cooperativas inquiridas têm sistema de saúde e segurança no trabalho (INE/CASES, 2020: 102).

Por fim, ainda no que respeita aos recursos humanos, com agrado verifica-se que quase metade das cooperativas adota medidas de conciliação da vida profissional e pessoal, em particular as relacionadas com flexibilidade de horários e possibilidade de dedicar parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais (INE/CASES, 2020: 103). Este valor está, porém, cerca de nove pontos percentuais abaixo do identificado para o sector da Economia Social como um todo (INE/CASES, 2020: 103).

No que concerne a práticas relacionadas com a monitorização da atividade, o ISES revelou que 60% das cooperativas utilizavam indicadores-chave para acompanhamento do desempenho da sua atividade, em particular análise do volume de negócios, do número de associados, utentes ou clientes (o que inclui cooperadores) e da evolução das receitas próprias —Figura 13. Acresce que, a maioria das entidades de Economia Social, incluindo cooperativas, elaboraram pelo menos quatro documentos de gestão, designadamente o plano de atividades, orçamento, relatório de atividades e relatório e contas (INE/CASES, 2020: 97).

Todavia, apenas cerca de 4,2% utilizaram métodos de medição do impacto social, a percentagem mais baixa das famílias da Economia Social (INE/CASES, 2020: 96).



Fonte: ISES 2018: 92.

Figura 13

### Utilização de indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida pelas Cooperativas, 2018

No que toca aos meios digitais e gestão de informação/comunicação, constata-se positivamente que 48% do sector tinha *website* ou estava a construir um (INE/CASES, 2020: 93), ainda assim tal significa que mais de metade não possuía este recurso, realidade consideravelmente abaixo do identificado no sector empresarial onde 63% das entidades já possuíam *website* em 2018 (INE, 2018: 1). Similarmente, mais de metade das cooperativas não utiliza redes sociais, o que revela uma presença pouco intensa do sector cooperativo neste domínio (INE/CASES, 2020: 93).

Também no âmbito da gestão de informação, apenas um pouco mais de um quarto das cooperativas tinha um sistema de gestão documental o que aponta igualmente para um nível reduzido de digitalização dos processos organizacionais (INE/CASES, 2020: 94).

Quanto à implementação de iniciativas de responsabilidade social, mais de metade das cooperativas em 2018 o fazia, sobretudo iniciativas desportivas, culturais e recreativas e iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental (INE/CASES, 2020: 105). Adicionalmente, 7% de cooperativas detinham algum tipo de certificação relacionada com qualidade, ambiente, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável (INE/CASES, 2020: 101).

Por último, com base nos resultados do ISES é também possível analisar um indicador síntese denominado *Gscore* que varia entre 0 e 1 e traduz, até certa medida, o grau de qualidade ou estruturação das práticas de gestão das entidades do sector cooperativo: quanto mais próximo de 0, menos estruturadas são as práticas de gestão das entidades. Verifica-se assim que, de uma maneira geral, as práticas de gestão do sector cooperativo tendem a ser pouco estruturadas, sendo mesmo a família da Economia Social com o valor mais baixo (0,3516) e bastante inferior ao registado para as sociedades não financeiras (0,4316) obtido pelo Inquérito às Práticas de Gestão 2016 (INE/CASES, 2020: 61).

De notar, porém, que o valor do *Gscore* cresce com a dimensão das organizações. Assim, pese embora as cooperativas de micro dimensão tenham registado o *Gscore* mais baixo de todos (influenciando desse modo em larga medida o valor global deste indicador para as cooperativas), é nas cooperativas de média e grande dimensão que se encontra o *Gscore* mais elevado do sector da Economia Social (0,4990), estando muito próximo do registado pelas sociedades não financeiras de média e grande dimensão (0,5102).

Saliente-se também que em 2018 cerca de 13% do sector recorreu a consultores externos para melhoria de algumas áreas de gestão, o que surge como um bom indicador de melhoria futura, pelo menos para algumas cooperativas (INE/CASES, 2020: 94).



## 2.8. *Contributos para os ODS*

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 foram aprovados em setembro de 2015 pela maioria dos países do mundo no âmbito da Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, consubstanciando-se num conjunto de 17 objetivos, operacionalizados por 169 metas e monitorizados por 230 indicadores<sup>16</sup>. O contributo nacional para estas metas é estimado desde 2015 pelo INE, não sendo feita uma particularização por sectores económicos.

Porém, dadas as características e os princípios orientadores das entidades de Economia Social, o ISES procurou apresentar uma análise exploratória do contributo dessas organizações para alguns ODS, incluindo, portanto, e sempre que possível, o contributo do sector cooperativo.

O primeiro ODS analisado pelo ISES é o número cinco, relacionado com a igualdade de género, quer no âmbito de garantia de participação das mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança, medido pela proporção de mulheres em cargos de chefia, quer no âmbito do combate a todas as formas de discriminação, medido pela existência de quadros legais para combater essas situações.

Surge inegável que existe uma presença feminina significativa no sector cooperativo, sobretudo considerando que a maioria dos trabalhadores nas cooperativas são mulheres. Porém, tendo em conta diferentes níveis de chefia dentro das cooperativas, fica claro que quanto mais elevada a hierarquia menor tende a ser a participação feminina na tomada de decisão —Figura 14.

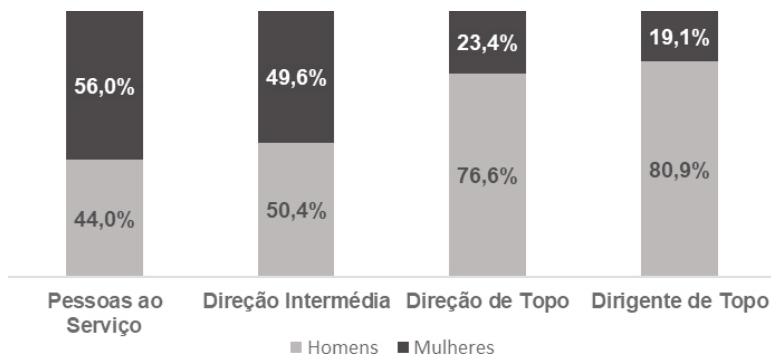
Dados mais recentes do Portal de Credenciação da CASES permitem acrescentar que a maioria masculina também é identificada nos principais órgãos sociais, em particular os órgãos executivos, observando-se, em 2019, que a proporção feminina era igual ou inferior a 25% em todos eles (Pedroso; 2021: 152). Esta fonte de informação permite também concluir que as maiores cooperativas nacionais tendem a ter um reduzido número de mulheres nos seus órgãos de administração, inferior a 9% quer em 2018, quer em 2019 (Farelo e Pedroso, 2020: 38; Pedroso, 2021: 44).

Existe, contudo, um aspeto que deve ser salientado no que toca ao contributo do sector cooperativo para a representação feminina em cargos de chefia, designadamente, 7,8% da população feminina empregada em cooperativas tinham cargos de chefia intermédia, o que é não só superior ao valor equivalente para a Economia Social (6,9%) como é

---

<sup>16</sup> Para mais informação consultar: <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030>

superior à proporção total de população feminina empregada na Economia Nacional em posições de liderança (todos os cargos de chefia —intermédia e de topo) no mesmo ano— 2,3% (Pedrosa, 2021: 157).



Fonte: ISES 2018, elaborado pelo autor.

Figura 14

### Composição de género de diferentes níveis hierárquicos nas Cooperativas, 2018

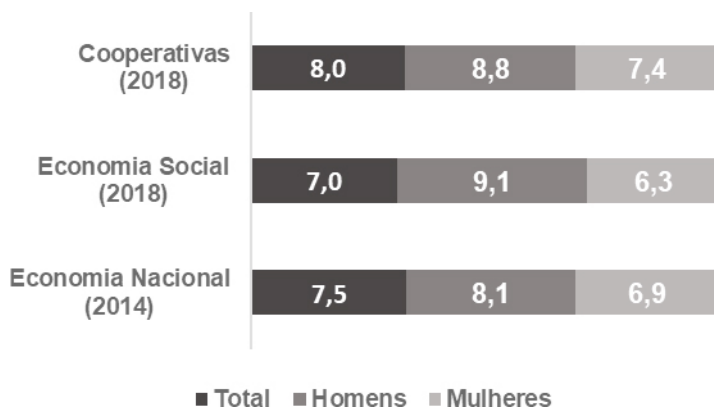
Nesse sentido, o contributo do sector cooperativo para a igualdade de género em posições de liderança revela-se maior do que aquele associado à Economia Social como um todo, e maior do que o valor de referência calculado para a Economia Nacional.

Quanto à existência de quadros legais para o combate à discriminação, o ISES permitiu calcular que 17% das cooperativas já adotam mecanismos (formais ou informais) de «quotas» para assegurar um limiar mínimo de representação por sexo nos órgãos sociais e/ou nos cargos de dirigentes, valor, no entanto, inferior ao identificado para o conjunto das entidades de Economia Social (19,5%) (INE/CASES, 2020: 109)

Embora o ISES não destaque este indicador na sua análise exploratória, recorde-se ainda que mais de metade do sector cooperativo adota medidas de conciliação da vida profissional e familiar, o que é um elemento fundamental no combate às desigualdades de género e à eliminação de barreiras que impossibilitam muitas vezes a participação efetiva das mulheres na tomada de decisão em contexto laboral, mas também em outras esferas políticas, económicas e públicas.

O segundo ODS analisado pelo ISES prende-se com a promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno (ODS 8), sendo focada a meta de remuneração

igual para trabalho igual medida pelos ganhos médios horários dos trabalhadores. Constatou-se positivamente que, em 2018, o ganho médio horário nas cooperativas era superior ao identificado na Economia Social e na Economia Nacional, porém o ganho médio horário das mulheres era inferior ao dos homens em cerca de € 1,4 —Figura 15.



Fonte: ISES 2018, elaborado pelo autor.

Figura 15

### Ganho médio horário (€/hora) Total e por Género, 2018

Pese embora a existência de um *gap* salarial, o ganho médio horário das mulheres no sector cooperativo é ainda assim maior do que o que se observa no sector da Economia Social como um todo e ao do resto da economia. Além disso, a diferença salarial bruta no sector cooperativo era de cerca de 16,5%, estando próxima da que fora estimada para a Economia Nacional em 2014 (14,8%) e sendo menor do que a identificada na Economia Social (30,9%), sendo inclusivamente a família da Economia Social com a menor diferença salarial bruta (INE/CASES, 2020: 113). Acresce que cerca de 75% das cooperativas indicaram adotar políticas de paridade salarial (INE/CASES, 2020: 113).

Refira-se a este propósito que a diferença salarial entre sexos no sector cooperativo poderá ser explicada não só pelas características profissionais dos trabalhadores (por exemplo o nível de escolaridade ou a experiência profissional), mas também pela segregação de género nos âmbitos setorial e ocupacional como é possível observar tendo em consideração os dados anteriormente apresentados relativos à distribuição de género por Ramo Cooperativo —Figura 8.

No âmbito do ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, em particular o indicador relacionado com o aumento do acesso a pequenas indústrias e outras empresas a serviços financeiros, é possível identificar que 17,3% do total de entidades de Economia Social correspondiam a micro entidades com atividade na indústria transformadora que recorreram a empréstimos bancários (INE/CASES, 2020: 115). Embora não seja possível particularizar estes dados para as cooperativas, os empréstimos foram a segunda maior fonte de financiamento do sector, logo a seguir à venda de mercadorias (INE/CASES, 2020: 99). Assim, considerado que o sector cooperativo é composto sobretudo por micro entidades, este dado pode ser usado como *proxy* relativamente à capacidade do sector em ter acesso a linhas de crédito, incluindo as micro cooperativas da indústria transformadora.

No que concerne ao objetivo de redução das desigualdades no interior dos países e entre países (ODS 10), a meta analisada pelo ISES foi a adoção de políticas, sobretudo fiscais, salariais e de proteção civil e alcançar maior igualdade, o que é medido através da proporção do trabalho no PIB, incluindo remunerações. Neste contexto, e como referido no ponto 2.3, o sector cooperativo tem um contributo bastante elevado dado que 94,7% do VAB gerado pelo sector foi destinado a remunerações.

Por último, o ISES analisou também o ODS 12 – garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, medido por dois indicadores: a produção de relatórios de sustentabilidade; e a implementação de políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis.

Quanto ao primeiro indicador, como já referido, surge muito positivo o facto de mais de metade das cooperativas terem elaborado relatórios de responsabilidade social em 2018, porém, apenas cerca de 4% fizeram relatórios de medição do impacto social.

Quanto ao segundo indicador, utilizando como *proxy* a detenção de certificados ambientais, de responsabilidade social ou entidade familiarmente responsável, como referido no ponto 2.7, esta é uma realidade presente num reduzido número de cooperativas, observando-se que apenas 1% tinham certificados de responsabilidade social, 0,8% tinham certificados ambientais e nenhuma tinha certificado de entidade familiarmente responsável (INE/CASES, 2020: 119).

Note-se que embora os dados acima consigam retratar o papel do sector cooperativo em matéria de desenvolvimento sustentável em alguns ODS bastante relevantes, não esgotam, nem conseguem captar, a totalidade dos contributos que este sector tem (ou pode ter) para as diversas metas da Agenda 2030.

### 3. Considerações finais

Embora os dados acima apresentados não esgotem nem consigam captar todas as características do sector cooperativo português, conseguem evidenciar com grande nitidez aspetos fundamentais da sua atuação e evolução. Desde logo, o sector cooperativo demonstra-se resiliente e de grande longevidade, que, mesmo na adversidade e com uma evolução demográfica tendencialmente decrescente, apresenta um contributo económico robusto para a economia nacional.

Este é também um sector com elevada participação da sociedade portuguesa, presente em todos os territórios, em particular nas comunidades que enfrentam os maiores desafios sociais e económicos. É assim inegável o importante papel que as cooperativas têm para a coesão social e o desenvolvimento local em Portugal.

As cooperativas são também um forte motor de emprego com características muito próprias, muitas delas partilhadas com o resto do sector da Economia Social. Designadamente, o sector cooperativo gera trabalho inclusivo, mais duradouro e onde a quase totalidade dos resultados são redistribuídos por quem os gerou.

Em alguns domínios organizacionais, as cooperativas apresentam ainda uma postura conservadora e pouco estruturada que poderá condicionar as suas atividades, embora tal não seja verdade para todo o sector, sobretudo considerando as características das cooperativas de média e grande dimensão.

Por fim, os dados acima também nos indicam o impacto positivo que o sector tem tido na satisfação dos objetos de desenvolvimento sustentável, em particular, e pese embora ainda existir espaço para melhoria, nos domínios da igualdade de género, do trabalho digno e no combate às desigualdades.

### Referências bibliográficas

- CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: *Demografia Sector Cooperativo 2021-Anual*, CASES, Lisboa, Portugal, 2022, acessado a 11/08/2022 em [www.cases.pt/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio-CASES-Demografia-do-Setor-Cooperativo-2021-anual.pdf](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio-CASES-Demografia-do-Setor-Cooperativo-2021-anual.pdf)
- GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento/MTSSS-Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: *Inquérito aos Ganhos e à Duração do Trabalho-2018*, GEP, Lisboa, Portugal, 2019, acessado a 19/08/2022 em [http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/30285/igdt\\_2018pub.pdf/b2a-6b329-5469-42a7-a470-74464b4b50a0](http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/30285/igdt_2018pub.pdf/b2a-6b329-5469-42a7-a470-74464b4b50a0)

- INE-Instituto Nacional de Estatística: *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas 2018*, INE, Lisboa, Portugal, 2018, acessado a 19/08/2022 em [www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=316115343&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=316115343&DESTAQUESmodo=2)
- INE-Instituto Nacional de Estatística/CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: *Conta satélite da economia social 2010/Inquérito piloto ao trabalho voluntário 2012*, CASES, Lisboa, Portugal, 2013.
- INE-Instituto Nacional de Estatística/CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: *Conta satélite da economia social 2013*, CASES, Lisboa, Portugal, 2017.
- INE-Instituto Nacional de Estatística/CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: *Conta satélite da economia social 2016/Inquérito ao trabalho voluntário 2018*, CASES, Lisboa, Portugal, 2019.
- INE-Instituto Nacional de Estatística/CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: *Inquérito ao Setor da economia Social 2018*, CASES, Lisboa, Portugal, 2020.
- Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de Bases da Economia Social)*: Diário da República n.º 88/2013, Série I de 2013-05-08, páginas 2727-2728.
- PEDROSO, Eduardo: «Cooperativas em Municípios do Interior», *Revista ES*, 7, 2020, acessado a 11/08/2022 em [http://www.revista-es.info/pedroso\\_7.html](http://www.revista-es.info/pedroso_7.html)
- PEDROSO, Eduardo: *As 100 Maiores Cooperativas 2019/Retrato da Mulher no Setor Cooperativo Português*, CASES, Lisboa, Portugal, 2021.
- FARELO, Filipa e PEDROSO, Eduardo: *As 100 Maiores Cooperativas 2018/A Realidade Estatística das Cooperativas de Solidariedade Social em Portugal 2017-2018*, CASES, Lisboa, Portugal, 2020.